



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289634-0 - Petrolina**

**Apelante:** Município de Petrolina

**Advogado:** Victor Samir Fonseca Mendes

**Apelado:** Regimar Raimundo Gomes

**Advogado:** Richardson Wilker da Silva

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA DE FORMA UNÂNIME. ESTABILIDADE FINANCEIRA. GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO. FATOR 140. APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 301/91. REEXAME NECESSÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Trata-se de Reexame Necessário e Apelação Cível em face da sentença que julgou procedente a Ação Ordinária de Cobrança nº 0004248-49.2012.8.17.1130, extinguindo o feito com resolução de mérito, a luz do art. 269, I, do CPC, para condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas-extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos pelo fator 140), com o somatório a ser apurado em liquidação de sentença.

2. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada de forma unânime, haja vista o autor ter apresentado a fundamentação jurídica de forma bastante clara.

3. O cerne da presente demanda consiste em verificar a correição nos cálculos da estabilidade financeira das horas-extras incorporadas aos vencimentos do autor, a saber, qual fator deverá ser aplicado, 140 ou 180.

4. A decisão recorrida não está eivada de qualquer mácula, vez que, além de devidamente fundamentada, restou proferida em conformidade aos ditames da ordem processual e à lei de regência, a saber, Lei Municipal nº 301/91, artigos 140, II, 143, II e 153.

5. Reexame Necessário improvido de forma unânime, prejudicado o apelo voluntário.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289634-0, acima descritos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na sessão realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, e no mérito, também de forma unânime, em negar provimento ao Reexame Necessário, prejudicado o apelo voluntário, para manter inalterada a sentença de primeiro grau, nos termos do Voto do Relator e dos demais termos proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante do mesmo.

P. e I.

Recife, 21/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



76

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289634-0 - Petrolina**

**Apelante:** Município de Petrolina

**Advogado:** Victor Samir Fonseca Mendes

**Apelado:** Regimar Raimundo Gomes

**Advogado:** Richardson Wilker da Silva

**RELATÓRIO**

Trata-se de Reexame Necessário e Apelação Cível em face da sentença que julgou procedente a Ação Ordinária de Cobrança nº 0004248-49.2012.8.17.1130, extinguindo o feito com resolução de mérito, a luz do art. 269, I, do CPC, para condenar o Município de Petrolina ao pagamento dos valores concernentes à diferença entre a quantia que pagou ao requerente a título de estabilidade financeira das horas-extras incorporadas (calculadas pelo fator 180) e o que, de fato, deveria pagar (cálculos pelo fator 140), com o somatório a ser apurado em liquidação de sentença.

O Município apelante, às fls. 45/51, alega, preliminarmente, a inépcia da inicial por ausência de fundamentação jurídica e, no mérito, aduz, em suma, que, de acordo como art. 69 do Estatuto dos Servidores, estabelecida a duração da jornada de trabalho do demandante em 30 (trinta) horas semanais, o divisor/fator para o cálculo das horas-extras deverá ser de 180 e não de 140. Sustenta, ainda, que os Tribunais Pátrios não têm feito distinção se as horas-extras decorreram de labor diurno ou noturno.

Contrarrazões às fls. 54/61, pela manutenção da sentença.

A Douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer opinativo ante a alegada ausência de interesse público a ser tutelado.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 11/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



21

82

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289634-0 - Petrolina**

**Apelante:** Município de Petrolina

**Advogado:** Victor Samir Fonseca Mendes

**Apelado:** Regimar Raimundo Gomes

**Advogado:** Richardson Wilker da Silva

**VOTO DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL**

Alega o apelante que o autor/apelado se limitou a narrar os fatos e declinar o pedido, sem, contudo, estabelecer um nexo jurídico entre os dois, ou seja, olvidou-se em trazer a lume o fundamento jurídico de se levar a efeito a revisão dos cálculos da estabilidade financeira, tendo por base o fator 140.

Tal alegação não merece prosperar. Pela simples leitura da peça inicial pode-se inferir que o autor indicou como fundamentação jurídica de seu pedido a Lei Municipal nº 301/91, art. 143.

Nestes termos, rejeito a preliminar suscitada.

É como voto

Recife, 28/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Reexame Necessário e Apelação Cível nº 289634-0 - Petrolina**

**Apelante:** Município de Petrolina

**Advogado:** Victor Samir Fonseca Mendes

**Apelado:** Regimar Raimundo Gomes

**Advogado:** Richardson Wilker da Silva

**VOTO DE MÉRITO**

O cerne da presente demanda consiste em verificar a correção nos cálculos da estabilidade financeira das horas-extras incorporadas aos vencimentos do autor, a saber, qual fator deverá ser aplicado, 140 ou 180.

Verifico que a decisão recorrida não está eivada de qualquer mácula, vez que, além de devidamente fundamentada, restou proferida em conformidade à lei de regência e aos ditames da ordem processual.

Para melhor esclarecimento da questão transcrevo os artigos pertinentes da Lei Municipal nº 301/91 sob comento:

**Art.140 - Conceder-se-á gratificação:**

I - de função;

II - de serviço extraordinário;

III - de representação;

IV - de risco de vida e saúde;

V - de regime especial de trabalho;

VI - pela participação, como integrante ou auxiliar, em comissão, em grupo especial de trabalho, em grupo de pesquisa, de apoio ou assessoramento técnico;

VII - de produtividade;

VIII - de monitoragem, em curso especiais ou treinamento a servidoras municipais;

IX - para diferença de caixa;

X - adicional por tempo de serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não acarretará a perda da gratificação o afastamento do servidor municipal nos casos previstos no Artigo 72 desta Lei.

(...)



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Art.143 - O valor-hora, para efeito de pagamento de gratificação de serviço extraordinário, será obtido dividindo-se o vencimento mensal do funcionário:**

**I - pelo fator cento e oitenta (180), quando se tratar de trabalho diurno;**

**II - pelo fator cento e quarenta (140), quando se tratar de trabalho noturno;**

**III - pelo fator cento e vinte (120), quando se tratar de funcionário ocupante de cargo que exija formação de nível universitário.**

(...)

**Art.153 - Fica assegurada a estabilidade financeira, quanto à gratificação comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou sete intercalados, a opção de incorporar a de maior tempo exercido, ou a última de valor superior, quando esta for atribuída por prazo não inferior a doze meses, vedada na acumulação com qualquer outra de igual finalidade.**

**PARÁGRAFO ÚNICO - A incorporação da produtividade ou horas extras, será assegurada tendo-se como base a média dos pontos ou horas extras, apuradas nos cinco últimos anos. (destaquei)**

Ora, não resta dúvida que a decisão atacada guarda perfeita consonância com as normas acima destacadas.

Note-se, por derradeiro, que as alegações do apelante de que os Tribunais Pátrios não têm feito distinção se as horas-extras decorrem de labor diurno ou noturno, aplicando o fator 180, não guardam qualquer relação com a presente demanda, pois a jurisprudência colacionada não faz referência à lei alguma. Dessa forma, deve a Administração Pública atuar de acordo com os ditames legais, que, no caso, é a Lei nº 301/91.

Pelo exposto, voto pelo improvimento do Reexame Necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo-se inalterada a sentença recorrida.

É como voto.  
Recife, 28/03/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**